

POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO: O CASO DO INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO- IFPE

Danielle de Farias Tavares Ferreira
daniufpe@gmail.com

1 Introdução

A presente pesquisa se insere nos estudos em torno da materialização de ações afirmativas na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (REFEPT). Partindo deste recorte, focamos em apresentar a proposição e materialização dessa política educacional de ações afirmativas ocorrida no contexto de uma das instituições federais de ensino que compõem a REFEPT no estado de Pernambuco.

Interrogamos sobre os contextos dessa política e partimos em atender nossos objetivos a partir de uma análise crítica dos discursos, ancorada num modelo tridimensional cíclico. Esse modelo contribuiu na explicitação dos efeitos ideológicos que subjazem ao texto, à prática discursiva e a mudança social resultantes dessa política investigada.

No que diz respeito à temática em foco, notadamente as ações afirmativas manifestam legalmente a existência das desiguais condições de ingresso e permanência de determinados grupos no mercado de trabalho, no sistema educacional e na representação política em que adentram. Nas últimas décadas, têm surgido políticas públicas com o foco na erradicação das desigualdades dentro das instituições, e estando as políticas de caráter afirmativo a sustentar também a garantia do direito à educação formal, principalmente por reconhecer as dificuldades dessa clientela na inserção e na permanência escolares.

Em termos de acesso, uma das práticas de ações afirmativas relacionadas e que mais se popularizou no Brasil ocorreu a partir da Lei 12.711/12, a qual instituiu o sistema de cotas nas universidades e institutos federais e que foi alterada pela Lei nº 13.409/2016. A referida lei dispõe sobre a reserva de vagas através das cotas, permitindo o acesso dos estudantes negros, indígenas, pessoas com deficiência e de classes populares em instituições de ensino médio técnico e de nível superior.

Diante da literatura levantada, e dos poucos estudos que não limitam as políticas de ações afirmativas à lei de cotas, o nosso objeto de estudo se delineou superando essa

predominância encontrada. A justificativa de investigar as ações afirmativas de um modo mais abrangente nos possibilitou expandir a produção sobre essa temática.

Nesse sentido, o nosso problema de pesquisa se configurou através dos seguintes questionamentos: Como têm sido propostas a política de ações afirmativas para os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia? De que modo vem sendo proposta e materializada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE)? Que práticas inclusivas essa política envolve, dentro do IFPE, e como ela se direciona às ações de ingresso e de permanência escolar?

Destarte, o trabalho de delimitar o tema de uma pesquisa nos direcionou aos conhecimentos sobre perspectivas teóricas, enfoques e posicionamentos epistemológicos relacionados à linha de pesquisa em políticas educacionais. O quadro analítico desta pesquisa foi se fundamentando e objetivando, de modo mais abrangente, investigar a política de ações afirmativas direcionadas aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, analisando sua materialização no IFPE.

É neste contexto de buscar compreender as ações afirmativas que consideramos analisar as práticas inclusivas do IFPE como integrantes das ações afirmativas que têm reafirmado a instituição enquanto promotora da diminuição das desigualdades.

2 Discurso e Método: fundamentos teórico-metodológicos do estudo

A natureza da pesquisa, a partir do delineamento do campo empírico, se configurou como sendo de cunho qualitativo, ao passo que privilegiamos o entendimento dos fenômenos sociais pautados no contato com os sujeitos em seu próprio ambiente (BOGDAN e BIKLEN, 1994).

Durante o desenvolvimento da pesquisa fizemos uso de técnicas que consolidaram nosso percurso qualitativo, quando realizamos a pesquisa documental e no momento que adotamos como técnica a pesquisa de campo de cunho exploratório e descritivo.

Os encaminhamentos teórico-metodológicos adotados partiram de estudos prévios sobre o objeto investigado, posições, perspectivas e enfoques assumidos sem se fundamentarem numa neutralidade acrítica. Combinamos a abordagem cíclica de Stephen Ball, associando às contribuições da teoria social do discurso em Norman Fairclough.

Em síntese, o modelo tridimensional cíclico assumido incluiu a análise detalhada

de textos em sua fase documental e a análise da prática discursiva (produção, distribuição e consumo) que envolveu a tradição interpretativa dos textos, considerando a prática social reveladora de contextos de influências.

Houve ainda a terceira dimensão analítica dos estudos faircloughianos, considerada de análise da prática social. Apresentamos nela o caráter interpretativo das circunstâncias institucionais e organizacionais do evento discursivo, retratando a relação dela com a própria prática discursiva. A síntese dos resultados alcançados explicitamos adiante.

3 O ordenamento jurídico-institucional das Políticas de Ações Afirmativas no IFPE e sua materialização a partir dos olhares dos sujeitos-agentes envolvidos

A análise crítica dos discursos presentes nos textos orais e escritos levantados nesta pesquisa evidenciaram nossa problemática sobre a proposição e a materialização das políticas de ações afirmativas na rede EPCT e mais especificamente no IFPE. Foi possível identificarmos as relações dessas ações afirmativas com o processo de ingresso e a permanência dos estudantes oriundos de segmentos mais vulneráveis.

No contexto de influência e de produção de textos do IFPE, verificamos que no quesito ingresso na referida instituição se focou, primeiramente, na inclusão de estudantes oriundos de escolas públicas e do campo, não se antecipando na adoção do recorte racial, o que só veio a ocorrer com a obrigatoriedade da lei de cotas em 2012.

Em certa medida, o ingresso a essa rede foi ampliado com a lei de cotas e tem resolvido, em parte, o problema histórico de limitação de vagas nessas escolas. Em parte, porque essas políticas sociais de ampliação e democratização do acesso, segundo Dias Sobrinho (2010), têm focado mais na inserção social de novos estudantes na escola do que, necessariamente, na diminuição das desigualdades educacionais.

Se partimos do modo como a lei de cotas têm ressignificado os contextos de universidades e institutos federais, poderemos evidenciar ora uma redução das desigualdades, com a ampliação do ingresso desse público, mesmo que ainda prevalecendo a lógica meritocrática nesse ingresso, e ora uma manutenção dessas desigualdades com a não destinação de novos investimentos e de outros fatores do campo educacional a impactar essa referida política.

Em linhas gerais, consideramos que as trajetórias das políticas de ações afirmativas do IFPE iniciam com o foco no ingresso, através do sistema de cotas sociais e em seguida cotas raciais, instituídas nacionalmente. Assim como identificamos nos estudos de revisão sobre a temática, parece-nos que quando se trata da permanência desse público cotista as ações não são mais nomeadas pelo termo ‘ação afirmativa’ e vemos essas ações serem tidas por ações de inclusão, como se as mesmas não pudessem ser consideradas afirmativas ou como se as ações afirmativas fossem apenas relacionadas à inserção da população negra na escola.

Apesar da indefinição do que podemos classificar por ações afirmativas aparecer na análise dos documentos internos, esse aspecto de pouca discussão sobre as ações afirmativas se evidenciou também no contexto da materialização, isto é, no consumo desses textos e em sua interpretação, segundo docentes e também gestores. Todos os docentes entrevistados afirmaram a necessidade desse tipo de política ser fortalecida e mesmo materializada em alguns contextos escolares, o que para alguns ela ainda se encontra limitada à esfera das proposições, e sem qualquer aplicabilidade prática aparente no dia a dia de alguns campi.

Mediante a constatação de que compreender as ações afirmativas para além da política de cotas ainda é um fator limitante na instituição investigada, consideramos como desafio atual alcançar a compreensão de que as ações afirmativas também envolvem fortalecer as ações voltadas à permanência desse público, superando formações discursivas de uma ordem social vigente que insiste em considerar os estudantes cotistas como um grupo propenso ao fracasso escolar desde o seu ingresso.

4 Considerações Finais

Produzimos apontamentos direcionados a uma ação política que alcance um estado de aprimoramento sobre as ações afirmativas dentro da referida instituição. Mesmo havendo aspectos a melhorar, no que tange à inclusão que evidencie ações de ingresso e permanência articuladas com a qualidade na formação, muito se avançou na conquista do direito à educação por esses segmentos.

As cotas no ingresso também continuam sendo a política a ser denominada de ação afirmativa com mais frequência, e mesmo a dimensão da permanência sendo encontrada nos discursos da maioria dos entrevistados, quando a consideram importante

e a relacionam às políticas de ações afirmativas, elas seguem invisibilizadas no contexto da prática de alguns campi.

Explicitar, portanto, o que o IFPE compreende por ações afirmativas nos seus documentos normativos é o primeiro passo rumo a uma proposição mais engajada em desenvolver uma ação política em prol da garantia de um acesso não elitista, desburocratizado e também preocupado com a permanência e a formação de qualidade desse público.

REFERÊNCIAS

- BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação**. Tradução Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora, 1994.
- DIAS SOBRINHO, J. Democratização, qualidade e crise da educação superior: Faces da exclusão e limites da inclusão. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1223-1245, out.-dez. 2010.